



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

20 de fevereiro de 2019

Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e Ricardo Ayres, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Léo Barbosa, Nilton Franco, Valdemar Júnior e Vilmar de Oliveira.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 08/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a afixação de placas informativas nas unidades públicas e privadas de saúde sobre a adoção de nascituro”; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando a celebração de Termos Aditivos e Cooperação Institucional entre o Estado do Tocantins e diversas Instituições; Ofício oriundo da Secretaria-Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; Ofício oriundo do Ministério da Educação, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa; Ofício oriundo da Secretaria-Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Ofício número 118/2019, oriundo da Secretaria-Executiva de Governo, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco; Ofício oriundo da Secretaria-Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; Ofício oriundo da Secretaria-Executiva da Governadoria, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade;



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Ofício número 119/2019, oriundo da Secretaria-Executiva do Governo, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números: 24/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 25/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 27, 28, 29 e 30/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e os Requerimentos que receberam os números 298 a 307. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 298/2019 e 299/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; 300/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; e 301/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis. No horário destinado às Comunicações, o Senhor Deputado inscrito declinou do uso da palavra. Na Ordem do Dia, foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 04/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, denominado Márcia Dias Costas Nunes, e adota outra providência”, que deu origem ao processo número 28/2018; 45/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima – O Pelicano, no município de Natividade”, que deu origem ao processo número 281/2017; 48/2017, de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei 3.191, de 02 de março de 2017, que reconhece a existência da Escola Estadual Zacharias Nunes da Silveira, inscrevendo-a na relação de Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Público e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 284/2017; 06/2018, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 19/2018; 234/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Lavradores de Araguatins, ACOPLA II, na cidade de Araguatins”, que deu origem ao Processo número 23/2018; 23/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa de Incentivo a Leitura no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 25/2018; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafos. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 02/2018, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “cria a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais”, que deu origem ao processo número 61/2018, o qual votado, foi aprovado. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Resolução número 341, de 20 de fevereiro de 2019. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Resolução número 07/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a criação de aplicativo gratuito de tecnologia móvel, para acesso rápido dos cidadãos às leis estaduais que lhe instituem direitos”, que deu origem ao processo número 262/2017; o qual votado, foi aprovado. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Resolução número 342, de 20 de fevereiro de 2019. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 01/2018, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “altera o art. 15 da Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, acrescenta o art. 16-A e a Seção VIII, do Título II, Capítulo I da mesma Lei Complementar e adota outras providências”, que deu origem ao processo número 92/2018; o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com dezoito votos sim, perfazendo um total de dezoito votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 03/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “revoga o inciso VI, do art. 23 da Lei



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Complementar Estadual número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 254/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com dezoito votos sim, perfazendo um total de dezoito votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 01/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 19/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes, e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciado em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 02/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a alteração de artigos da Lei número 2.252, de 16 de dezembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao processo número 155/2017, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 288, 289, 290, 287, 277, 278, 279, 275,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

276, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 274 e 292, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezoito horas e nove minutos convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário